

Carlos Vinícius Alves Ribeiro

—

**RESTRIÇÕES
ESTATAIS
A DIREITOS
INDIVIDUAIS**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Carlos Vinícius Alves Ribeiro

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

R484r

Ribeiro, Carlos Vinícius Alves.

Restrições estatais a direitos individuais / Carlos Vinícius Alves Ribeiro.
– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
232 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 189-203.

ISBN 978-85-519-0952-2

11477

1. Direito Individual. 2. Direitos Fundamentais. 3. Direito Administrativo.
4. Restrição. 5. Liberdade Individual. I. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Observando Supostas Restrições Estatais a Direitos Individuais em Benefício dos Próprios Titulares.....	5
1.1 A Revolta da Vacina.....	7
1.2 Imposições aos condutores de veículos automotores – automóveis e motocicletas.....	8
1.3 O arremesso de anões	11
1.4 Os peep shows	12
1.5 Realities Shows.....	12
1.6 Internação compulsória de dependente químico.....	13
1.7 A questão da greve de fome de presos	16
1.8 Remoção de famílias habitantes de locais de risco.....	18
1.9 Posse ou uso de drogas para consumo próprio.....	21
1.10 Restrições aos componentes do cigarro e ao uso de mentol na fórmula	22
1.11 Conclusões Preliminares do Capítulo 1	23
Capítulo 2 – Paternalismo	25
2.1 O termo paternalismo	25
2.1.1 Robert Filmer.....	26
2.1.2 John Locke	26
2.1.3 Immanuel Kant.....	27
2.1.4 Wilhelm von Humboldt.....	28
2.1.5 John Stuart Mill	29
2.1.6 John Rawls.....	32
2.1.7 Gerald Dworkin	33

2.1.8 Joel Feinberg	37
2.1.9 Conclusões sobre o Paternalismo.....	40
Capítulo 3 – O Estado e as Restrições aos Direitos e às Liberdades Individuais	47
3.1 O Estado democrático constitucional	47
3.1.1 O Estado e a Produção de Normas	49
3.1.2 Como são Criados os Direitos?	50
3.1.3 As Liberdades Individuais.....	52
3.1.4 O que se Entende por Direitos Fundamentais?.....	53
3.1.5 Noção da Estrutura dos Direitos Fundamentais	55
3.1.6 Dimensões dos Direitos Fundamentais.....	57
3.1.7 Funções dos Direitos Fundamentais	58
3.1.8 Liberdades Individuais e Direitos Fundamentais	59
3.1.8.1 Liberdades individuais: direito fundamental de primeira geração... 59	
3.1.9 Outras Dimensões (Gerações) dos Direitos Fundamentais	63
3.1.10 Conteúdo Objetivo dos Direitos Fundamentais	66
3.2 As Balizas das Liberdades e dos Direitos Fundamentais	71
3.2.1 Tipologia das Normas Restritivas.....	73
3.2.2 Restrições Diretamente Decorrentes da Constituição	75
3.2.3 Lei Restritiva	76
3.2.4 Restrições não Expressamente Autorizadas.....	77
3.2.5 Ponderação	79
3.2.6 Regulação, Conformação ou Concretização.....	79
3.2.7 O Duplo Aspecto da Definição do Direito.....	80
3.2.8 As Possibilidades de Restrições de Liberdades e Direitos Individuais na Constituição Brasileira de 1988	82
3.2.9 Aspectos Formais e Materiais das Restrições	83

3.3 Os Limites das Restrições	83
3.3.1 Onde Reside o Núcleo Essencial?	84
3.3.2 Proporcionalidade.....	85
3.3.3 Adequação Virtual ao Atingimento do Resultado	87
3.3.3.1 Necessidade ou mínima lesão	88
3.3.4 Proporcionalidade em Sentido Estrito	89
3.3.5 Duplo Cheque da Proporcionalidade.....	90
3.3.6 Razoabilidade	92
3.3.7 Interdição intrínseca à arbitrariedade.....	96
3.3.8 Motivação.....	96
3.3.9 A Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Evolução no Controle das Restrições às Liberdades Individuais.....	98
Capítulo 4 – Limitações aos Direitos e Liberdades Impostas pela Administração Pública	109
4.1 Legalidade na Restrição aos Direitos e Liberdades Individuais	109
4.1.1 Densidade Normativa da Lei Autorizadora da Atuação Administrativa.....	113
4.1.2 Juridicidade	117
4.2 Legalidade e Regulamentos Administrativos Conformadores de Direitos e Liberdades	119
4.3 As Limitações Administrativas a Direitos e Liberdades.....	124
4.3.1 Limitações Administrativas e Poder de Polícia.....	127
4.3.2 Poder de Polícia e a proteção do indivíduo contra ele mesmo.....	130
4.3.1.1 Atributos do Poder de Polícia.....	132
4.3.1.2 Procedimentalização e balizas do Poder de Polícia	134
4.3.1.2.1 Atos ordenadores	136
4.3.1.2.2 Serviços públicos	137

Capítulo 5 – Disposição de Direitos e Liberdades pelo Titular	141
5.1 (In)disponibilidade de direito	141
5.1.1 O Consentimento e a Autonomia para Dispor como Decorrência do Direito Amplo à Liberdade	144
5.1.2 Modos de Disposição	146
5.2 Conceitos Correlatos à (in)disponibilidade de direitos	148
5.2.1 O Não Exercício de um Direito	148
5.2.2 Dano a Si	149
5.3 Autonomia	150
5.4 Consentimento	153
5.4.1 Consentimento Livre	155
5.4.2 Informações Idôneas como Base da Decisão	156
5.4.3 Os Polos do Consentimento	157
5.4.4 O Suporte Fático	159
5.4.5 Decisões Recentes sobre Disposição de Direitos	161
Capítulo 6 – Parte Final: Parâmetros da Restrição de Direitos em Benefício do Próprio Titular	163
6.1 Paternalismo	163
6.1.1 Exposição a risco ou violação de direitos de terceiros	164
6.1.2 Autopaternalismo – O contrato de Ulisses	164
6.1.3 Paternalismo sobre “Incapazes”	166
6.2 Direitos, relações jurídicas e disposições	168
6.2.1 Autonomia para Dispor	171
6.3 Normas restritivas da liberdade	172
6.3.1 Limitações impostas às limitações	175
6.3.1.1 Proporcionalidade	175

6.3.1.1.1 Legitimidade ou competência.....	175
6.3.1.1.2 Adequação	177
6.3.1.1.3 Necessidade.....	177
6.3.1.1.4 Proporcionalidade em sentido estrito	177
6.3.1.1.5 Razoabilidade	178
6.4 Quanto À (im)possibilidade apriorística de restrição de direitos individuais em benefício do próprio titular	178
6.5 Retomando os casos iniciais.....	180
6.5.1 Ingresso em Residências e Vacinação Compulsória.....	180
6.5.2 Cinto de Segurança e Capacete	182
6.5.3 Arremesso de anões, peep shows e realities shows	183
6.5.4 Internação Compulsória de Dependentes Químicos e Greve de fome de pessoas sob a tutela do Estado	184
6.5.5 Remoção de Famílias Habitantes de Locais de Risco	185
6.5.6 Uso de Drogas para Consumo Próprio	186
6.5.7 Restrições aos Componentes do Cigarro e ao Uso de Mentol na Fórmula	187
Referências	189